



PSD p.9

“Queremos dar uma visão integrada ao envelhecimento positivo”



Regionais p.14

“O emprego é a prioridade”

POVO LIVRE



n.º 1939

12 de outubro de 2016

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD

A AGRICULTURA ACRESCENTA VALOR À ECONOMIA



Pedro Passos Coelho esteve na Festa das Colheitas em Vila Verde



Comemorações do 5 de outubro

“Dez meses de tempo perdido para Portugal”

O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, considera que o Presidente da República trouxe um “recado muito importante” na sua intervenção nas cerimónias do 5 de Outubro contra a “política do populismo”. “Ouvimos com muita atenção [o Presidente], na oposição temos responsabilidades, mas é um recado muito importante para o Governo”, venceu Matos Rosa, em declarações aos jornalistas no final das cerimónias na Praça do Município, em Lisboa, dia 5.

O secretário-geral social-democrata lamentou “alguma política” que tem sido feita, “política do populismo, da espuma dos dias, longe dos portugueses”, e declarou que os dez meses do Governo do PS são “dez meses de tempo perdido para Portugal e para os portugueses”.

Sobre o próximo Orçamento do Estado, o PSD diz temer a “procura insaciável de impostos” do executivo. “Não são bons princípios que vemos para o Orçamento. Há uma instabilidade grande com uma procura insaciável de impostos que não traz nada de bom. Há um desnorte muito grande neste Governo”, venceu José Matos Rosa.

E concretizou: “Esta análise do Presidente da República foi importante. O que vemos hoje é um Governo que não governa e tem uma procura insaciável sobre impostos”.

Marcelo Rebelo de Sousa defendeu que o exemplo dos que exercem o poder é fundamental para que o povo continue a acreditar na República, sublinhando que “o 5 de Outubro está vivo”. “O exemplo dos que exercem o poder é fundamental sempre para que o povo continue a acreditar no 5 de outubro”, afirmou o chefe de Estado, Marcelo Rebelo de Sousa, numa intervenção nas comemorações da Implantação da República, que decorreram na Praça do Município, em Lisboa.

Sublinhando que “o 5 de outubro está vivo”, mas só se todos lhe derem vida para que os portugueses se



possam rever na República democrática, Marcelo Rebelo de Sousa destacou a necessidade de quem exerce o poder de dar o exemplo de “constante humildade, de proximidade,

de frugalidade, de independência, de serviço pelos outros, de todos os outros, mas com natural atenção aos mais pobres, carenciados, excluídos”.

Modelo económico do Executivo é um fracasso

O líder do PSD justificou a permanência na liderança do Partido pela “obrigação moral” de representar os que votaram em si nas legislativas de 2015, dizendo acreditar ter condições para voltar a ser primeiro-ministro. “Sinto que tenho moralmente a obrigação de representar os que votaram em mim e não se sentem representados neste Governo e até se sentem ameaçados por este Governo”, afirmou Passos Coelho, em entrevista à SIC, dia 4, lembrando que nas legislativas de 4 de outubro de 2015 se verificou uma circunstância inédita – o partido que venceu as eleições não estar a governar.

Questionado sobre se acredita ter condições de voltar a ser primeiro-ministro, Passos Coelho respondeu afirmativamente: “Não só há condições, como acho que é necessário para o país ter uma alternativa séria”. “Não governei a olhar para as sondagens e não estou na oposição a olhar para as sondagens, esse é o perfil do Governo, não é o meu perfil”, declarou, garantindo que sairá da liderança do PSD “no dia em que achar” que está a mais.

Sobre as eleições autárquicas do próximo ano, Passos Coelho reiterou que o PSD está dentro dos prazos que aprovou para a apresentação de candidatos – “até final do ano para um primeiro lote de candidaturas e até março/abril para fechar este processo”.

Em matéria económica, o líder do PSD repetiu as críticas ao modelo do atual Governo liderando por António Costa, apontando indicadores como os do crescimento, investimento ou exportações.

“Para mim é muito claro que o tempo que estamos a viver é um tempo que está a ser desperdiçado”, disse, considerando que o modelo económico do executivo socialista “está a revelar o seu falhanço”.

Dizendo não querer “sequer acreditar” que a questão de um novo resgate se venha a colocar, Passos Coelho considerou que só a possibilidade de esse tema ser falado externamente “é um susto” e não deveria ser ignorada pelas autoridades portuguesas.

Passos Coelho apontou um desvio de 1.300 milhões de euros na receita até agosto, “quase 0,7% do PIB” em relação ao previsto. “O Governo está a empurrar com a barriga a atividade normal do Estado, o Estado pode decidir não gastar mas não pode decidir não gastar eternamente”, alertou.

Questionado sobre o Orçamento do Estado para o próximo ano, que deverá ser entregue no parlamento a 14 de outubro, o líder do PSD voltou a dizer que a responsabilidade desse documento é do Governo e considerou que, se a opção for a de elevar a carga fiscal indireta, será “um mau caminho”, salientando que este foi o caminho do anterior executivo socialista, liderado por José Sócrates.

“Nessa altura estava o Governo exatamente como está hoje, a aumentar impostos aflito para cumprir as metas do défice”, disse.

O líder do PSD alerta que se o atual Governo “não mudar a sua estratégia, se não mudar os acordos que fez com a esquerda, os resultados vão ser os mesmos daqueles por que já passámos”.

Salientou ainda que “o país precisa de uma alternativa e deste governo não vai haver nenhuma reforma do país. Este governo só toma decisões fáceis”.

Questionado sobre o que distingue a opção do atual Governo do executivo PSD/CDS, que também aumentou impostos, Passos Coelho apontou a situação de “emergência nacional”. “A grande diferença é que nós na altura não tínhamos um tostão, agora parece que temos, só ouço falar em aumentos, restituições, parece que nos saiu o totoloto ou herdámos de um familiar abastado”, criticou.



Pedro Passos Coelho em Felgueiras

Orçamento não deve insistir no “irrealismo”



O PSD espera que o Governo tenha “aprendido a lição deste ano”, sobre o menor crescimento da economia do que previra, e que, no Orçamento de 2017, não insista no “irrealismo”: “Espero que o Governo aprenda com esta lição deste ano e no cenário macroeconómico que vai apresentar estabeleça metas que possam ser mais realistas e consentâneas com as previsões da generalidade das instituições que se pronunciam sobre a matéria”, afirmou o líder social-democrata, em Felgueiras, onde hoje visitou, dia 7, uma empresa de produção de calçado. Pedro Passos Coelho comentava os dados revelados pelo Banco de Portugal (BdP) que apontam para as previsões de crescimento da economia, este ano, de 1,1%, abaixo dos 1,3% previstos em junho e dos 1,6% registados no conjunto de 2015. “É apenas mais um dado que aponta no mesmo sentido de outros que têm vindo a ser divulgados. A perspetiva de um crescimento muito modesto este ano é praticamente uma certeza admitida muito tardiamente pelo Governo e até pelo primeiro-ministro”, comentou.

O ex-primeiro ministro recordou que o PSD tinha chamado a atenção “para essa forte possibilidade desde início”, por entender que “as previsões do Governo eram muito exageradas e isso não ajuda depois a fazer planos que corram bem”: “Nessa altura, muitas instituições disseram que havia previsões demasiado otimistas”.

O presidente do PSD insistiu ser importante que o Governo, que está a ultimar a proposta de lei do Orçamento para 2017, “não insista no mesmo irrealismo”. “Não devemos ser tão imprudentes, quando tudo à nossa volta parece não indicar um caminho de grande otimismo e nos ponhamos aqui a fixar metas que, à partida, não serão alcançadas”.



Perdão fiscal serve para pagar dívidas

Passos Coelho afirmou ainda que caiu “a máscara” ao Governo ao lançar um regime especial para reduzir as dívidas fiscais e à Segurança Social, “forçado pela necessidade de obter meios para garantir a meta do défice”. O líder social-democrata comentava o facto de o Conselho de Ministros ter aprovado um regime especial para reduzir as dívidas fiscais e à Segurança Social, podendo os contribuintes ficar isentos de juros se pagarem toda a dívida ou beneficiarem de reduções se optarem pelo pagamento em prestações.

A propósito, recordou que, “ainda não há muito tempo”, lhe “parecia que o défice este ano ficaria confortavelmente acima de 2,5% do PIB e que, “evidentemente, percebe-se agora a necessidade que o Governo tem de fazer um encaixe de receita fiscal que ajude que a meta que ficou estabelecida possa ser atingida”. “A razão por que estamos tão aflitos em poder cumprir estas metas é porque foram tomadas opções que punham essas metas em risco. Se calhar, em vez de andarmos a correr atrás do prejuízo, devíamos ter pensado primeiro em não tomar tantas decisões que pusessem em risco estas metas”, acrescentou.

O líder do PSD lembrou, por outro lado, que o Governo anterior lançou uma medida semelhante em 2013, o que foi então considerado “algo horrível” pelo PS e pelos demais partidos que apoiam o atual executivo. “Quando um processo destes foi realizado por um Governo anterior, que eu chefiar, o PS, vários ministros deste Governo e dirigentes de vários partidos que apoiam o Governo, disseram que a medida era horrível. Agora, como é deste Governo, é ótima”, ironizou.



Passos Coelho criticou ainda o facto de este processo ter sido lançado menos de três anos depois de outro semelhante. “Nós fizemos um processo desses em 2013, o último que tinha sido feito anteriormente tinha sido em 2003. Foram 10 anos até que se realizasse um processo extraordinário de regularização de dívidas. Menos de três anos depois ele está outra vez em prática”, disse.

Passos Coelho defendeu que “estes processos extraordinários de regularização de pagamentos ao Estado devem ser mesmo extraordinários”, porque, continuou, “as pessoas deixam de cumprir normalmente as suas obrigações por acreditar que o Estado, de dois em dois anos, faz processos destes que no fim não incentivam o cumprimento regular das obrigações”.

O líder do PSD alertou que “plano prestacional de 150 prestações, em regra, tornam-se difíceis de gerir, recordando que um plano semelhante lançado por um Governo socialista, no passado, se revelou “um fiasco”.

“Era importante que se aprendesse alguma coisa com o que já aconteceu no passado de maneira a não criar expectativas que não possam ser cumpridas”, concluiu.

PSD felicita Presidente da Colômbia, Prémio Nobel da Paz 2016

Passos Coelho aproveitou para felicitar o presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, por ter sido escolhido para receber o Prémio Nobel da Paz, destacando o esforço notável daquele estadista para alcançar a paz no seu país.

De acordo com uma nota de imprensa do PSD, Passos Coelho enviou uma carta a Juan Manuel Santos para dar os parabéns pela distinção e manifestar a esperança de que “o resultado do recente referendo não seja o fim dos esforços para alcançar a paz”.



“Neste momento decisivo para a reconciliação nacional em que o meu querido amigo sempre se empenhou, o reconhecimento internacional da sua determinação em concluir o processo só pode ajudar a torná-lo aceitável pelas populações e seus representantes, contribuindo assim para a paz no país, na região e no mundo”, escreveu Pedro Passos Coelho na missiva.

No texto, o presidente do PSD recorda os encontros bilaterais que manteve com Juan Manuel Santos, quando era primeiro-ministro, considerando que “refletiam as relações cada vez mais próximas” entre os dois países, “ao mesmo tempo que as alargavam e aprofundavam nos campos diplomáticos, empresariais e culturais”.

“A respeito da aproximação cultural, lembro a troca de impressões sobre os nossos poetas nacionais Fernando Pessoa e Porfirio Barba-Jacob e dela retiro a convicção de que, independentemente dos governos de cada mo-

mento, e das numerosas organizações internacionais de que fazem parte, Portugal e a Colômbia irão permanecer lado a lado”, acrescenta ainda.

O Prémio Nobel da Paz foi atribuído ao Presidente da Colômbia pelos seus esforços para pôr fim à guerra civil do país, que durou mais de 50 anos e matou pelo menos 220.000 colombianos, segundo o Comité Nobel norueguês. O Governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) assinaram a 26 de setembro um acordo de paz histórico, prevendo a desmobilização dos 5.765 combatentes da guerrilha e a conversão das FARC em movimento político legal. Para entrar em vigor, o acordo deveria ter sido aprovado pelos eleitores, uma consulta não obrigatória, mas desejada pelo Presidente colombiano. O “não” ganhou com 50,21% dos votos, contra 49,78%, num escrutínio em que a abstenção atingiu os 62%.

A agricultura acrescenta valor à economia

O presidente do PSD apela ao Governo para manter a agricultura na agenda política, considerando que se trata de um setor “muito importante” para a economia do país e para o combate à desertificação. Durante uma visita à Festa das Colheitas, em Vila Verde, 8 de outubro, Pedro Passos Coelho contactou com agricultores e produtores locais.

Para o líder social-democrata, a agricultura foi durante muito tempo “um parente pobre da economia”, mas nos últimos anos tem-se assumido como um dos setores “que mais acrescentou valor à recuperação da economia do país”, atraindo gente nova e mais qualificada.

Esta é uma tendência que Passos Coelho considera essencial manter, não só em nome do crescimento da economia do país, mas também para garantir um desenvolvimento harmonioso e mais equilibrado do território e assim evitar a desertificação do interior.

Uma desertificação que, venceu, não seria uma situação boa para ninguém e que “ficaria muito cara” ao país.

Por isso, Passos Coelho preconiza um território equilibrado, “mantendo o foco na necessidade de ter uma agenda de natalidade que case bem com os fatores de crescimento económico das regiões”, como o turismo e cultura, mas também “muito, muito” a agricultura.

No momento atual, o investimento, tanto público como externo, está a cair, as exportações crescem a um ritmo menor do que no ano passado, e a economia cresce metade do que o perspetivado pelo atual Governo.

Pedro Passos Coelho esteve em contacto com as pequenas e médias empresas e com o setor agrícola, reforçando a importância da economia local e a necessidade de criar condições de atratividade para que cada território consiga investimento, criando emprego e melhorando a competitividade.

Fazer “escolhas sustentáveis” para equilibrar contas públicas

O líder do PSD exortou também o Governo a fazer “escolhas sustentáveis” para equilibrar as contas públicas, sublinhando que não se pode andar todos os anos “afrito” à procura de receitas extraordinárias para atingir os objetivos. “Têm de ser escolhas sustentáveis, não se vai andar todos os anos afrito à procura de coisas extraordinárias para atingir os objetivos, isso é uma ilusão”, afirmou Pedro Passos Coelho.



Como exemplo, apontou o processo extraordinário de regularização de dívidas ao fisco e à Segurança Social lançado pelo Governo “porque precisa de ir buscar dinheiro”.

“O dinheiro não existe porque foi orientado para outras coisas”, referiu, dando como exemplos a redução do IVA da restauração e a reposição dos salários dos funcionários públicos num só ano.

Sublinhou que não é possível “ter sol na eira e chuva no nabal, tudo de bom ao mesmo tempo” e lembrou que as escolhas têm vantagens e desvantagens”.

Segundo o líder social-democrata, se o futuro for planeado “sempre em cima da exceção”, o país “nunca sairá do sítio” e estar-se-á sempre a adiar o que é necessário fazer.

Pedro Passos Coelho realçou que o Governo se comprometeu a fazer uma “reavaliação minuciosa” das despesas do Estado, para avaliar que poupanças podem ser feitas.

No entanto, disse que ainda desconhece os resultados do estudo, numa altura em que se está a uma semana da apresentação do Orçamento do Estado para 2017.

Governo privilegia agravamento dos impostos indiretos

O líder do PSD acusou Governo de privilegiar o agravamento dos impostos indiretos e defendeu ser “preferível” que as pessoas paguem impostos em função da sua capacidade económica. “A escolha privilegiada que este Governo tem vindo a evidenciar vai mais para agravar os impostos indiretos, que são mais difusos, as pessoas não se dão tanta conta de os pagar, mas são as pessoas que pagam”, afirmou.

Passos Coelho considerou “preferível” as pessoas pagarem impostos em função da sua capacidade económica em vez de o fazerem em função das escolhas

que fazem quando consomem. “Não estou a dizer que não deve haver impostos indiretos, estou a dizer que, se desequilibrarmos muito este equilíbrio entre diretos e indiretos, estamos a criar problemas de equidade”, acrescentou.

Assim, desafiou o Governo a não seguir um caminho “de transformar uma série de pequenos impostos indiretos numa fonte de receita privilegiada”.

Passos Coelho sublinhou que, quando o Estado “engorda muito” na sua receita fiscal, “não é dos poucos que são ricos que engorda”. “Engorda, porque há muitas pessoas remediadas, da classe média, às vezes de classes mais baixas, que têm de pagar os mesmos impostos que os outros, e esse não é o caminho da equidade”, referiu.



Inauguração da nova sede da UGT

“É sempre possível melhorar as pensões”

Para o presidente do PSD, o aumento das pensões tem “uma posição sempre de prudência”, lembrando que o país tem metas exigentes para atingir e que os recursos não têm uma perspetiva de grande crescimento. “Tenho sobre essa matéria uma posição sempre de prudência, porque é sabido que o país tem metas que são exigentes para atingir e que os recursos de que dispõe, que no essencial são aqueles que consegue recolher através dos impostos por via do crescimento da economia, não têm assim uma perspetiva de grande crescimento”, afirmou o presidente social-democrata, Pedro Passos Coelho, quando questionado sobre as exigências do PCP e do BE em matéria de aumento de pensões.

Remetendo para o Governo a resposta sobre se há margem para os aumentos exigidos, Passos Coelho admitiu que é sempre possível melhorar, insistindo ao mesmo tempo que é preciso a resposta ter sentido e “racionalidade económica”. Pois, acrescentou, todos gostariam que o salário mínimo e as pensões fossem de pelo menos mil euros, mas é preciso ver em concreto o que do lado das empresas e da Segurança Social é possível acomodar.

Passos Coelho, que falava aos jornalistas no final da cerimónia de inauguração da nova sede da UGT, em Lisboa, dia 10, foi ainda questionado sobre a eliminação da sobretaxa em 2017, e admitiu que as “notícias que têm aparecido são um bocadinho contraditórias”.

O líder do PSD remeteu também para mais tarde uma decisão sobre se os sociais-democratas irão apresentar propostas de alteração ao documento que o Governo irá entregar na sexta-feira na Assembleia da República.

De qualquer forma, reiterou, “não é do lado do PSD que tem de se esperar uma iniciativa em matéria orçamental”, porque os orçamentos são o instrumento financeiro da política do Governo.

“Não é sobre o PSD que se tem de dar foco dessa iniciativa”, declarou o líder do PSD.



Regulação dos novos serviços de transporte de passageiros

O presidente do PSD defende ainda a regulação dos novos serviços de transporte de passageiros que surgiram, como a Uber e a Cabify, sublinhando que talvez o Estado esteja a exigir demasiado a uns e menos a outros. “Neste momento há uma divisão entre aquilo que é imposto ao serviço de táxi, por um lado, e aquilo que é imposto a outros serviços, que são serviços inovadores, que apareceram há menos tempo e para os quais não havia regulação”, admitiu o líder social-democrata.

Nesse sentido, o Estado tem de regular esta matéria e “tem de o fazer sabendo que se calhar está a exigir demasiado a uns - a quem impõe um custo e um ónus demasiado elevado - e menos a outros”. “Hoje talvez seja

dia de dizer que, apesar de termos muito poucas greves, para não dizer quase nenhuma nos transportes públicos, eles nunca tiveram tão mau serviço e as pessoas nunca tiveram razão para ter tantas queixas”, acrescentou.

Centenas de taxistas estiveram segunda-feira em protesto junto ao aeroporto de Lisboa, bloqueando o trânsito até à rotunda do Relógio, quase seis meses depois de terem feito um protesto idêntico. Os profissionais estão em protesto contra a regulação, proposta pelo Governo, da atividade das plataformas de transportes de passageiros como a Uber ou a Cabify e tinham inicialmente como destino a Assembleia da República. As plataformas Uber e Cabify permitem pedir carros descaracterizados de transporte de passageiros através de uma aplicação para “smartphones”, mas estes operadores não têm de cumprir os mesmos requisitos - financeiros, de formação e de segurança - do que os táxis.

Teresa Morais em entrevista

“Queremos dar uma visão integrada ao envelhecimento positivo”

À semelhança de outros países na Europa e no mundo, Portugal tem conhecido, nas últimas décadas, uma profunda alteração da sua estrutura etária e dimensão populacional, sem precedentes na história, consequência dos processos de declínio da natalidade e do aumento da longevidade. A pirâmide etária sofreu uma alteração progressiva, aumentando a proporção de pessoas idosas. Nesse sentido, o PSD entregou na Assembleia da República uma resolução para que o Governo adote um Plano Nacional de Ação para o Envelhecimento Positivo. Trata-se de um programa de políticas públicas integradas de apoio à população mais idosa, que prevê avaliações intercalares por entidades independentes. Uma iniciativa legislativa que a vice-presidente da Comissão Política do PSD, Teresa Morais, explica em entrevista ao “Povo Livre” e ao PSD@TV.

O projeto de resolução do PSD recomenda ao Governo a aprovação e implementação de um Plano Nacional de Ação para o Envelhecimento Positivo. Em que consiste esta proposta?

O Partido Social Democrata resolveu entregar ao parlamento uma iniciativa legislativa que recomenda ao Governo a aprovação e implementação desse plano, porque considera que o país precisa de um plano completo, de ação, com medidas precisas, calendarizadas, em diversos setores, que tome a sério a questão do envelhecimento positivo. Na verdade, temos tido ao longo dos anos alguns programas avulsos em determinadas áreas setoriais, mas nunca tivemos um plano nacional de ação completo, amplo, holístico, que integrasse nesse plano todas as áreas que são relevantes para tratar do programa do envelhecimento. Como se trata de uma matéria com cariz fortemente executivo, fizemos através de uma recomendação ao Governo.

Porquê falar em “envelhecimento positivo”?

Não queremos com esta expressão neutralizar outras que estão consagradas e que constam de documentos internacionais e que são válidas e que nós respeitamos, designadamente o conceito da Organização Mundial de Saúde, o de envelhecimento ativo. O que queremos dizer com a expressão “envelhecimento positivo”, que de resto tem sido utilizada nos tempos mais recentes por alguns autores especialistas, a par de outras como “envelhecimento bem-sucedido”, “envelhecimento sustentado”, mas preferimos o conceito de envelhecimento positivo, porque queremos dar uma visão de conjunto



a esta política pública, não queremos restringi-lo às áreas clássicas, como a saúde e a segurança social, e queremos contribuir com esta proposta para alterar uma cultura e que vê o envelhecimento de uma forma negativa. Chamar-lhe envelhecimento positivo é uma forma de contribuir para essa mudança de cultura e de mentalidades, que vê no envelhecimento um problema, quando nós queremos que seja precisamente o seu lado positivo. Envelhecer significa que a esperança média de vida das pessoas aumentou, significa uma conquista, ter maior longevidade é um benefício e é isso que queremos sublinhar com esta ideia, tentando contribuir para essa mudança de cultura, que vê as pessoas idosas como um grupo problemático da sociedade portuguesa. A sociedade portuguesa deve beneficiar da experiência e da sabedoria das pessoas mais velhas e deve encarar o envelhecimento com um processo natural.

Os desafios demográficos estiveram entre as prioridades do anterior governo, liderado pelo PSD.

É verdade. O PSD propôs uma reflexão à sociedade portuguesa, uma reflexão sobre a baixa natalidade. Foi

elaborado um relatório que suscitou um debate intenso da necessidade de medidas de promoção da natalidade. O Governo tomou as medidas para promover a natalidade, as possíveis no contexto difícil em que nos encontrávamos. Nem todas as medidas eram exequíveis naquela altura, porque tinham um impacto financeiro que não era comportável com a situação do país. Continuam válidas essas propostas. Agora estamos a olhar para o outro lado da questão demográfica: o envelhecimento da população portuguesa. Portugal tem neste momento cerca de 20% de pessoas com mais de 65 anos e a estimativa é de que, em 2050, tenhamos 35% da população nessa faixa etária. Isto diz bem da necessidade de o país se preparar para esse futuro, quando a população mais idosa representará um terço da população portuguesa.

Como avalia a ação do atual Governo nesta questão, até ao momento?

Nesta como em muitas outras matérias não se conhecem medidas relevantes deste Governo, que tem feito uma governação à vista e na sua necessidade de sobreviver politicamente, feito de negociações pontuais. O Governo está concentrado num momento fundamental para a sua sobrevivência, que é a produção de um orçamento que tenha a aprovação dos partidos nos quais se apoia. Aquilo que nós podemos observar ao longo dos últimos meses é que nada se fez, ou até se regrediu.

Que reação espera da parte do Governo, quando a proposta social-democrata for debatida em plenário?

O Governo não tem que estar necessariamente presente nesse debate, mas eu espero que o PS, bem como os restantes partidos consigam receber a relevância desta proposta e estejam abertos à sua discussão e no parlamento. De resto, a nossa proposta foi testada no Fórum das Políticas Sociais, que estamos a desenvolver. Uma das mesas redondas que realizámos foi precisamente sobre o envelhecimento. À volta da mesa, estavam cerca de 20 pessoas, todas elas especialistas no tema, e várias delas insistiram na ideia de que o país precisa de um plano multisetorial, holístico, completo e integrado, a respeito do envelhecimento, que o país nunca teve, e desse ponto de vista representa um atraso, que temos de ultrapassar. A minha expectativa é que o Governo e os restantes partidos reconheçam a bondade dessa proposta.



Perdão fiscal serve para baixar o déficit

A vice-presidente do PSD, Maria Luís Albuquerque, considera que o plano de regularização de dívidas aprovado em Conselho de Ministros tem como “objetivo primeiro” reduzir o déficit, mostrando que “as contas públicas estavam longe de ser controladas”. Para a ex-ministra das Finanças, parece “evidente” que o regime especial para reduzir dívidas fiscais e à Segurança Social “é o reconhecimento, por parte do Governo, que as contas públicas estavam longe de estar controladas”, pelo que a medida será “uma das que vão ser remetidas a Bruxelas, de acordo com as exigências que tinham sido feitas”.

“A decisão de o fazer agora, com o prazo limite de 20 de dezembro, tem claramente um objetivo orçamental para este ano. Se calhar, janeiro seria um período mais adequado para beneficiar as empresas, só que não tinha o mesmo efeito no déficit de 2016, portanto parece-me que esse é o objetivo primeiro”, sustentou Maria Luís Albuquerque, em declarações à margem do colóquio “A Banca - O Presente e Futuro sobre a Banca”, promovido pelos Trabalhadores Social Democratas (TSD), sábado, 8 de outubro.

Para vice-presidente do PSD, se estivessem em causa “objetivos de outra natureza, não havia razão nenhuma para limitar [o plano] a 20 de dezembro”, até porque “dezembro não é um mês muito fácil para as empresas”.

De acordo com Maria Luís Albuquerque, o regime especial para reduzir as dívidas fiscais e à Segurança Social deixou “absolutamente evidente que as contas públicas não estavam nada controladas”. “Ficou absolutamente evidente que as contas públicas não estavam nada controladas e aliás, hoje, pelo que tive oportunidade de ver, parece que há outras medidas em preparação para acudir ao déficit deste ano. O diploma [relativo ao regime especial de regularização de dívidas] não o conheço, portanto não vou pronunciar-me sobre detalhes. Parece-me evidente que é o reconhecimento, por parte do Governo, de que as contas estavam longe de estar controladas”, afirmou.

Na sessão “A Banca - o Presente e Futuro”, Maria Luís Albuquerque sustentou que “Portugal precisa de mudar o seu modelo de negócio bancário” e o seu modelo de economia.

A ex-ministra considera importante “ajustar a dimensão da banca nacional à dimensão do mercado”: “Não me parece haver mercado para sustentar todas as instituições financeiras que existem”.

O Conselho de Ministros aprovou na quinta-feira um regime especial para reduzir as dívidas fiscais e à Segurança Social, podendo os contribuintes ficar isentos de juros se pagarem toda a dívida ou beneficiarem de reduções se optarem pelo pagamento em prestações.

Transparência sobre recapitalização da CGD

A vice-presidente do PSD criticou também a “falta de transparência” que tem envolvido a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD) e alertou que ninguém sabe ainda quanto é que o processo vai custar. “A minha esperança é que [o processo] se traduza numa Caixa capaz de atuar. Mas nem essa garantia temos. O que sabemos, para já, é que vai sair caro, mas não sabemos quanto nem para quê”, afirmou a ex-ministra das Finanças.

“Acho que ninguém pode afirmar seriamente que há uma vitória [com a aprovação do plano de recapitalização por parte da União Europeia]. Não sabemos quanto se conseguiu nem o que vamos pagar por isso. Nem os contribuintes, nem os trabalhadores ou os clientes da Caixa”, frisou.

Notando que desconhece, também, “o que vai fazer a Caixa, depois dessa recapitalização”, a deputada social-



-democrata disse esperar que não seja para a instituição se sentar “em cima de uma almofada de capital e não conceder crédito”.

“Foi-nos transmitido que tinha sido conseguida uma grande vitória do Governo porque as autoridades europeias permitiram uma recapitalização. Mas não sabemos quanto custa. O número de trabalhadores que vão perder o seu emprego, quantos são? O negócio da Caixa que vai ter de ser alienado, o que é que isso representa? Em que mercados vai deixar de estar presente? Onde é que deixa de dar apoio aos emigrantes? Em África? Vai sair da Europa?”, questionou Maria Luís Albuquerque.

De acordo com a vice-presidente, não se sabe “ao certo, sequer, quanto dinheiro vai ser posto” na CGD. “Aparentemente, há um limite máximo, mas o valor exato está dependente do resultado de auditorias que ainda estão a decorrer”, disse.

Durante o colóquio, o presidente da Associação Portuguesa de Bancos, Faria de Oliveira, sustentou que a solução para a crise da banca nacional “devia ser europeia”. O responsável acrescentou que Christine Lagarde, diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) já defendeu, também, “a utilização de um mecanismo europeu para resolver um problema que é sistémico”.

A Comissão Europeia anunciou no fim de agosto ter chegado a um acordo de princípio com o Governo português para a recapitalização da CGD “em condições de mercado”. De acordo com um porta-voz do executivo comunitário, as autoridades portuguesas irão injetar 2,7 mil milhões de euros no capital da CGD, transferir as suas ações ParCaixa para a CGD e converter em capital 900 milhões de euros de instrumentos de capital contingente (as chamadas ‘CoCo bonds’), segundo a mesma fonte.

Encontro de autarcas do PSD em Mafra

Com o objetivo de fazer um balanço do trabalho desenvolvido até agora, reuniram-se, dia 8 de Outubro, em Mafra, os autarcas do Partido Social Democrata, representados na Câmara e na Assembleia Municipal, mas também nos executivos e nas Assembleias de Freguesia.

Pela terceira vez presente neste encontro, o secretário-geral do PSD constatou a evolução da dinâmica empreendida ao longo do mandato “por uma nova geração de autarcas de exceção, que representam os valores da social-democracia que Sá Carneiro nos deixou”.

O presidente da Câmara Municipal e da Comissão Política Concelhia, Hélder Sousa Silva, sustentou que esta dinâmica é consequência do espírito de união entre os membros dos vários órgãos autárquicos: “o trabalho em equipa – que nos motiva e que nos engrandece – distingue-nos junto das populações”.

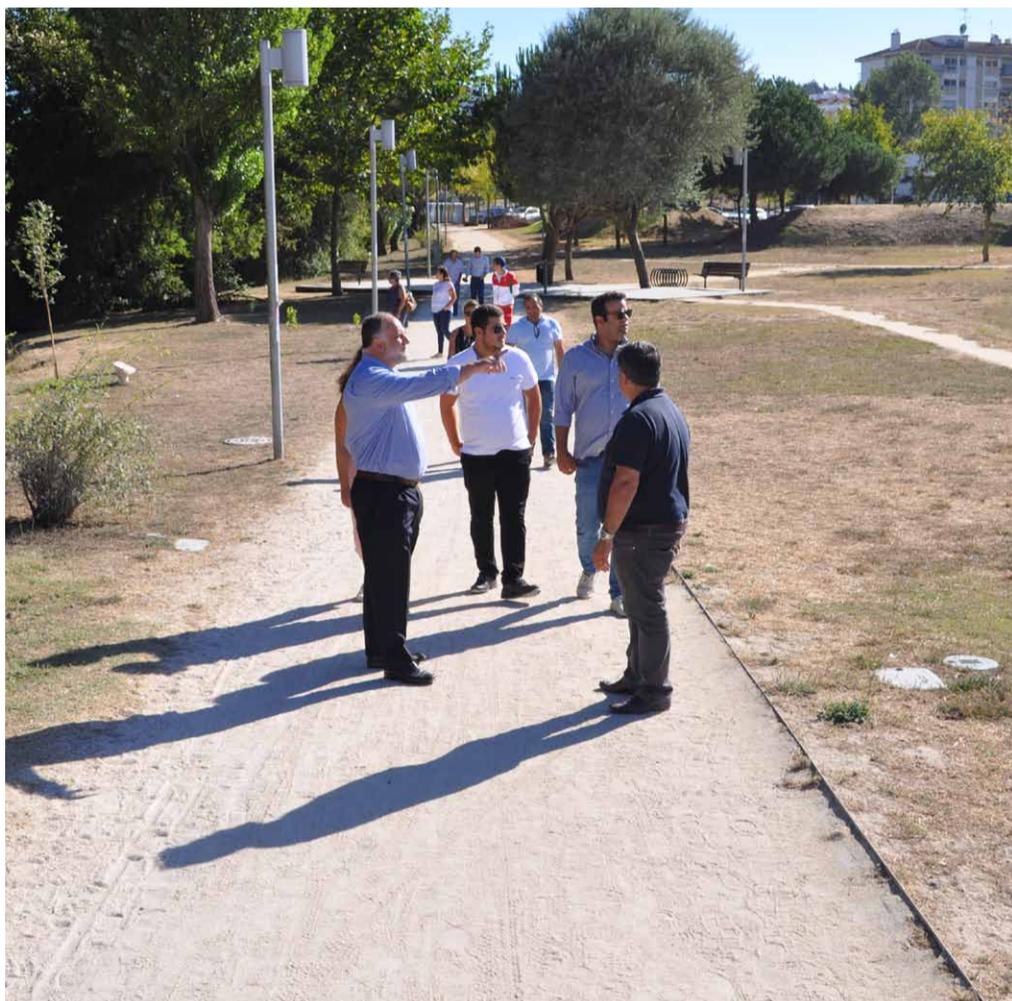
Na sua intervenção, e além da identificação de projetos futuros, Hélder Sousa Silva apresentou as principais realizações da Câmara Municipal de Mafra, no período compreendido entre outubro de 2015 e outubro de 2016, organizadas em eixos estratégicos: seja na proximidade, reabilitação urbana, família e cooperação institucional; seja na economia.

“Com as equipas lideradas por Hélder Sousa Silva, o Concelho de Mafra ganhou dimensão à escala de Lisboa e do país”, destacou o presidente da Comissão Política Distrital de Lisboa do PSD, Miguel Pinto Luz, fazendo o elogio ao trabalho de promoção externa que foi desenvolvido em complemento da necessária intervenção à escala local.

Neste encontro, o presidente da Assembleia Municipal, José Bizarro, e os presidentes das Juntas e União de Freguesia fizeram não só uma retrospectiva detalhada das atividades realizadas, mas também enunciaram as suas ambições para a consolidação do desenvolvimento sustentado dos respetivos territórios.



PSD de Leiria denuncia degradação do Polis



A Concelhia do PSD de Leiria considera que o atual executivo camarário de maioria PS tem deixado ao abandono o Parque Polis de Leiria, não realizando obras de conservação e melhoria em tempo oportuno. Álvaro Madureira, presidente da concelhia e vereador, avalia negativamente os inúmeros espaços degradados e abandonados do Polis e lamenta a inércia e a “atitude laxista” do executivo de maioria PS perante este espaço nobre localizado junto ao rio Lis.

O PSD de Leiria alerta para um conjunto de situações que devem merecer a intervenção do município: a existência de uma praga de ratazanas ao longo do percurso ribeirinho; o elevado número de dejetos de animais, cuja existência configura um atentado à saúde pública; a ausência de zonas do percurso sem iluminação; a inadequação do pavimento e do piso irregular e sem manutenção adequada; a falta de manutenção dos espaços verdes; a falta de manutenção e consequente degradação do mobiliário urbano (bancos/zonas de descanso); o mau estado de conservação das pontes temáticas, entre outros problemas.

O PSD defende a realização de obras urgentes e ações de melhoria para anular os aspetos negativos identificados, nomeadamente a construção de percurso sensorial adaptado a invisuais; a construção de sanitários junto ao parque radical da Guimarota; a melhoria da sinalética informativa e temática; e a construção de percurso integrado desde a nascente do rio Lis até Leiria e de Leiria até à foz ligando as várias freguesias ribeirinhas e promovendo o turismo natural.

A intervenção integrada do Parque Polis de Leiria, de requalificação urbana e de valorização ambiental, visou a valorização das margens do rio Lis e a sua integração na vivência de Leiria, devolvendo ao rio o seu papel histórico como elemento estruturante do crescimento da urbe e suporte estrutural da própria cidade. A intervenção, ocorrida em mandatos do PSD, na Câmara Municipal de Leiria, e dos últimos grandes investimentos públicos que se fizeram na cidade (o valor de investimento ascendeu a cerca de 40 milhões de euros), abrangeu ainda a requalificação da zona consolidada da cidade e de espaços de transição entre o centro histórico e a franja periurbana.

**Acompanhe-nos
no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

Governo quer penalizar setor vitivinícola com “taxa Syriza”



O líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, acusa o Governo de atacar o setor vitivinícola para sustentar um modelo económico que falhou com uma taxa inspirada numa medida do governo grego do Syriza. “Há notícia que se quer introduzir em Portugal um imposto que será uma taxa que posso designar como taxa Syriza, porque é inspirada naquilo que a Grécia fez há pouco tempo pela mão do Syriza no setor vitivinícola”, afirmou Luís Montenegro no parlamento, após uma reunião da bancada do PSD, dia 6 de outubro.

De acordo com o presidente do grupo parlamentar,

“os portugueses percebem que o Governo não resulta, que o Governo insiste para que o modelo ser mantenha em vigor e que o faz à custa de onerar mais as pessoas e as empresas”. “O país assim tem o futuro muito comprometido. Isto não é vida, estarmos permanentemente a ir aos impostos para um conjunto de decisões ou de falta delas que tomamos do lado da administração”, argumentou.

“Tivemos um período de emergência, que foi muito exigente, nessa emergência houve um agravamento fiscal. Estávamos em 2015 a recuperar e aliviar a carga fiscal e hoje estamos já não em

emergência a aumentar a carga fiscal”, sublinhou.

A presidente da Associação de Vinhos e Espirituosas de Portugal contestou a possibilidade de o Governo aumentar o imposto sobre os vinhos, como forma de conseguir mais receita fiscal, considerando que a medida vai causar a falência de empresas e quebra no consumo. No dia em que sete associações do setor emitiram um comunicado de protesto pela possibilidade de o imposto aumentar, a presidente da Associação de Vinhos e Espirituosas de Portugal (ACIBEV), Ana Isabel Alves, considerou “muito grave” se a intenção se concretizar.

“Caiu a máscara ao Governo”



“Caiu a máscara ao Governo”. É desta forma que o PSD comenta o regime especial para reduzir dívidas fiscais e à Segurança Social. “Todos os portugueses já tinham compreendido que a execução orçamental para o presente ano não estava a correr bem. O Governo finalmente reconheceu-o. E reconheceu hoje ao admitir que necessita de uma receita extraordinária. Caiu a máscara ao Governo”, venceu o deputado do PSD, Duarte Pacheco, em declarações no parlamento, 6 de outubro.

Recorde-se que o Conselho de Ministros aprovou quinta-feira um regime especial para reduzir as dívidas fiscais e à Segurança Social, podendo os contribuintes ficar isentos de juros se pagarem toda a dívida ou beneficiar de reduções se optarem pelo pagamento em prestações.

Tal, admite o PSD, “resulta de estado de necessidade” das contas públicas, e esta poderá ser inclusive “a primeira das medidas adicionais” acordadas com Bruxelas “para evitar sanções”. “Uma coisa é estar no Governo ou apoiar o Governo, outra é estar na oposição”, acrescentou ainda Duarte Pacheco, que criticou os partidos que viabilizam o Governo do PS pela sua “incoerência” de lançarem farpas a perdões fiscais lançados pelo executivo liderado por Pedro Passos Coelho.

A ministra da Presidência anunciou que foi aprovado o “programa especial de redução do endividamento ao Estado para quem tenha dívidas fiscais e à Segurança Social que não tenham sido pagas nos prazos normais”, ou seja, até final de maio de 2016, no caso das dívidas ao Fisco, e até final de dezembro de 2015, no caso das dívidas à Segurança Social. Os contornos da medida estão ainda por explicar.

“O emprego é a prioridade”



O líder do PSD/Açores pede aos açorianos “uma oportunidade” nas eleições do próximo domingo, 16 de outubro de 2016, assegurando que, se ganhar, não ficará mais do que oito anos à frente do Governo Regional dos Açores. “É isso que eu apelo aos açorianos. Deem-me uma oportunidade, eu prometo que não governo mais do que oito anos. Se ganhar as eleições em 2016 e ganhar em 2020, faço oito anos, porque depois certamente me faltará a energia, como falta aos atuais políticos”, afirmou tarde Duarte Freitas.

O candidato do PSD pelo círculo de São Miguel às eleições regionais falava, dia 8, no Bairro da Nossa Senhora da Piedade, em Ponta Garça, concelho de Vila Franca do Campo, na ilha de São Miguel, comprometendo-se a ter como objetivo a “criação de emprego”, para mudar “problemas gravíssimos sociais” com que se deparou também naquele bairro. “Mais do que como político, como ser humano, temos de ter o emprego, as questões sociais como prioritárias para que não oiçamos mais situações dramáticas como às vezes ouvimos. Não serve de nada negar as evidências, dizer que está tudo bem, que não há problemas sociais (...) e, depois, vemos as situações em concreto. Como estas situações a que assistimos hoje aqui, há muitas dezenas, centenas, milhares nos Açores”, disse o líder do PSD/Açores, depois de ouvir as queixas dos habitantes numa arruada em Ponta Garça.

Para Duarte Freitas, a solução não passa pelos apoios sociais, mas por ter “mais economia, mais investimento, mais emprego e menos emprego precário”, para que as pessoas possam “sentir orgulho da dignidade do seu trabalho”.

“Investimento, não só através de mais fundos comunitários disponibilizados para as pequenas e médias empresas. Como sabem, elas criam 70% dos postos de trabalho e só tiveram 20% dos fundos comunitários no último Quadro, captação do investimento externo e, também, através do programa gerações”, foram outros dos objetivos preconizados pelo líder do PSD/Açores.

Duarte Freitas assegurou que o PSD “tem um caminho para ajudar as pessoas” e, com isso, “diminuir cada vez mais as queixas das pessoas desesperadas”.

“A verdade dos Açores está na voz das pessoas, não está na propaganda do Governo. É aí que eu quero fazer a diferença, menos propaganda e mais ação, menos subsidi dependência e mais emprego para que as pessoas, pela dignidade do seu trabalho, do seu esforço, possam criar condições para viverem melhor”, disse.

Para a votação de dia 16 de outubro, estão inscritos 228.160 eleitores que vão escolher os 57 deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para os próximos quatro anos.





povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1031 • 26 DE JULHO 1995 • PREÇO 100\$00

Conquistar nova maioria absoluta



Edição n.º 1031 do "Povo Livre", de 26 de julho de 1995. Manchete: "Conquistar nova maioria absoluta". Carlos Encarnação era o diretor do "Povo Livre".

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



JOANE / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Joane para reunir no próximo dia 14 de Novembro de 2016, (segunda-feira), pelas 21h00, na sala D do Edifício Doce Lar, sita Rua de S. Bento n. 375 - 1 Andar, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Análise e discussão da actividade do núcleo
 - 2 - Análise e ponto da situação da actualidade política local
 - 3 - Outros assuntos de interesse para o núcleo

**CENTRO HISTÓRICO DO PORTO / NÚCLEO
CORRECÇÃO DE DATA**

A Assembleia do Núcleo do Centro Histórico do Porto realiza-se no **dia 04 de Novembro de 2016, sexta-feira**, na mesma hora.

LISBOA AO / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da Área Oeste - Lisboa, para reunir no próximo dia: 21 de Outubro de 2016 (sexta-feira), pelas 21h30, na Sede da Lourinhã, sita na Rua Engº Adelino Amaro da Costa, 4 cv.

- Ordem de trabalhos
- 1 - Regulamento da Assembleia Distrital.
 - 2 - Análise da situação política.

MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Murtosa para reunir no próximo dia 26 de Outubro de 2016 (quarta-feira), pelas 21h00, na sala de reuniões da Junta de Freguesia da Murtosa, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Análise da situação política nacional e local
 - 2 - Outros assuntos de interesse

**ODEMIRA
RECTIFICAÇÃO DO LOCAL DE VOTAÇÃO**

As eleições para a distrital de Beja da Secção de Odemira marcadas para dia 07 de Novembro de 2016 vão realizar-se na seguinte morada:

- Rua Custódio Brás Pacheco, Centro Comercial Loja 6 - Vila Nova de Milfontes

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Paços de Ferreira, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 04 de Novembro de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Av. dos Templários, 309 Dto., com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Informações
 - 2 - Análise da situação política
 - 3 - Autárquicas 2017
 - 4- Outros assuntos de interesse geral

PORTO / NÚCLEO LITORAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Litoral do Porto para reunir no próximo dia 20 de Outubro de 2016, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64 - Porto, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Informações
 - 2 - Projecto PSD Litoral Porto 2016-2018
 - 3 - Análise da situação política

**VENDAS NOVAS
RECTIFICAÇÃO DO LOCAL DA VOTAÇÃO**

As eleições para a distrital de Évora da Secção de Vendas Novas marcadas para dia 11 de Novembro de 2016 vão realizar-se na seguinte morada:

- Rua da Azinheira, 8 - Vendas Novas

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 20 de Outubro de 2016, (quinta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Adriano Pinto Basto, 212 - sala 14, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Análise da situação política e partidária
 - 2 - Informações

VINHAI

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vinhais, para reunir no próximo dia 13 de Novembro de 2016, (domingo) pelas 16h00 na sede, sita no Largo do Arrabalde, nº 17, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- Ponto único - Eleição dos órgãos da secção de vinhais
- a) Comissão Política de Secção
 - b) Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral
- As urnas estão abertas das 16h00.às 20h00



CONSELHO DISTRIAL DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, para reunir no próximo dia 21 de Outubro de 2016, pelas 21h00m, na Sede do PSD de Barcelos, sita na Av. Alcaldes de Faria, 226, 1.º Dt.º, Barcelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Agendamento de Congresso Distrital Extraordinário.

CONSELHO DISTRIAL DE ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Évora, para reunir no dia 22 de Outubro de 2016 (Sábado), pelas 15h, na Sede do PSD Distrital de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, em Évora, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política atual;
- 3 - Balanço do mandato da Comissão Política Distrital

da JSD Évora (2014-2016);

- 4 - Apresentação e aprovação do calendário e do regulamento eleitoral do Congresso Distrital.

CONSELHO DISTRIAL DE LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoco o I Conselho Distrital Ordinário do mandato 2016-2018 para reunir no próximo dia 24 de Outubro, pelas 21h, na Sede do PSD Distrital de Lisboa, sita Praça São João Bosco 3 B, Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Balanço da actividade da Comissão Política Distrital;
- 3 - Informações;
- 4 - Outros assuntos;

CASTELO DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Castelo de Paiva para reunir em sessão ordinária no dia 21 de Outubro de 2016 sexta-feira), pelas 21 horas, na Sede do PSD de sita na Rua Dr. Ribeiro Chaves - Castelo de Paiva, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política local;
- 3 - Agendamento da data para a Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Castelo de Paiva;
- 4 - Outros Assuntos.

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os militantes para o Plenário da Juventude Social Democrata da Secção do Cartaxo, para reunir no dia 12 de Novembro de 2016, pelas 15 horas, na Rua Serpa Pinto, Lote 3 - 1.º Direito, no Cartaxo, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

NOTA:

O Acto Eleitoral decorrerá entre as 15 horas e as 16 horas.

As listas candidatas devem ser entregues na morada acima indicada, ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

VILA POUCA DE AGUIAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Vila Pouca de Aguiar, para reunir no dia 12 de Novembro de 2016, na sede concelhia, sita na Rua Dr. Mota Pinto - Vila Pouca de Aguiar, às 17h00, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia JSD Vila Pouca de Aguiar.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Vila Pouca de Aguiar, ou a quem o substitua, até às 23:59 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas, no dia 12 de Novembro de 2016, estarão abertas entre 17h00 e as 19h00.

NÚCLEO DE ARCOZELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, que serão convocados todos os militantes da concelhia de Vila Nova de Gaia para reunir em plenário eleitoral a realizar no próximo dia 18 de Novembro de 2016, pelas 21 horas, na Sede de Concelhia do PSD/Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº 1323, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do núcleo de Arcozele

Nota: As listas candidatas deverão ser entregue em

duplicado ao Presidente de Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23:59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede de Concelhia do PSD/Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº 1323, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas das 21 horas às 23 horas.



III - CONSELHO NACIONAL 2016

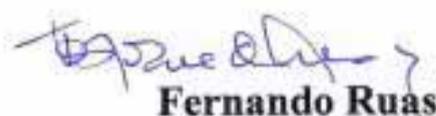
Nos termos do disposto no artigo 20.º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para uma reunião no próximo dia **26 Outubro, 4ª feira às 21H00, no Hotel Sana**, em Lisboa (Av. Fontes Pereira de Melo, 8), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto 1: Informações;

Ponto 2: Análise da situação Política.

O Presidente da Mesa do Congresso


Fernando Ruas

Lisboa, 10 de Outubro 2016